



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora,
Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT dá continuidade a um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como 'dor', 'sofrimento', 'sofrer'; os desafios metodológicos como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas composições políticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Dos fragmentos pelos quais se tece uma etnografia: as habilidades, artimanhas e técnicas de fazer ver e vasculhar corpos

Autoria: Larissa Nadai

Esta comunicação toma como objeto de reflexão alguns fragmentos por meio dos quais o IML me foi dado a ver, durante minha pesquisa de doutorado. A partir de uma constelação de diferentes materiais dou carne à pesquisa que fui, formalmente, impedida de realizar, mediante a negação de meu pedido de pesquisa analisado e indeferido pela Comissão Científica do IML de São Paulo. A fim de driblar tais indeferimentos e rituais de autorização, passei a correlacionar (ou melhor, conectar), por meio de uma etnografia multissituada (Marcus, 2001), aulas de medicina legal, vídeos, fotografias, slides, livros, necropsias e entrevistas que pude realizar ao longo de minha investigação. É sobre tais procedimentos de pesquisa e de escrita etnográfica que se debruça essa proposta de work. Busco, portanto, dar atenção às formas pedagógicas pelas quais fui incitada a aprender a ouvir, sentir odores e visualizar os corpos e seus pedaços, bem como aos desafios de escrita colocados a pesquisadores que se aventuram a lidar com tais contextos etnográficos. Das distintas sensibilidades e atenções colocadas a papéis que perscrutam corpos vivos e estuprados, cadáveres estendidos em mesas de aço reluzente e aulas de medicina legal, subleva-se minhas ficções persuasivas (Stratern, 2010). Todavia, o aprendizado destas técnicas de fazer ver e ensinar não é imposto somente a pesquisadores. Antes, são habilidades, artimanhas e escrutínios centrais àqueles que, como médico-legistas, exercem suas funções dentro do IML. Nesse sentido, se as sensorialidades de ver, ouvir, sentir odores, tatear são indispensáveis a qualquer pesquisa de campo, são também aptidões decisivas àqueles que, por oficialidade, estão responsáveis pela produção de provas materiais. A fim de explorar tais conexões, esta presente comunicação utiliza-se dos meus próprios desconfortos frente a cadáveres e roturas himenais, para lançar luz às modalidades de conhecimento e governo destinadas a certos corpos, lesões e crimes. Além disso, ao unir esses diferentes fragmentos, sem buscar esconder as linhas e apetrechos de costura utilizados em meus alinhavos, intento desnudar um poderoso artifício e ardil forjado pelas técnicas de governo: os



efeitos necessários de fragmentação impostos a atuações e rotinas de work (Lugones, 2012). Em outras palavras, na contramão de uma escrita de denúncia ? contra a morosidade, falta, descaso ou violência empreendida pelas instâncias estatais ?, minha aposta é que as descrições etnográficas devem restituir vínculos, descrever hiatos, recolocar o sangue, as lágrimas, os odores e os incômodos engendrados por destrezas tais como: vasculhar, examinar ou perscrutar.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

